



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL**  
**CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**MOISÉS DOS SANTOS ROCHA**

**Orientador: Prof. Dr. Rafael de Oliveira Rodrigues**

**REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO E A DESIGUALDADE:**  
**Um diálogo entre as abordagens propostas por Thomas Piketty e Amartya Sen**

Santana do Ipanema - AL

2018

MOISÉS DOS SANTOS ROCHA

**REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO E A DESIGUALDADE:  
Um diálogo entre as abordagens propostas por Thomas Piketty e Amartya Sen**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal De Alagoas – UFAL, Campus Sertão – Unidade Santana Do Ipanema, como parte dos requisitos para obtenção da graduação do curso Bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientado: Prof. Dr. Rafael De Oliveira Rodrigues

Santana do Ipanema - AL

2018

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Unidade Santana do Ipanema**  
**Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4 2058**

R.672r Rocha, Moisés dos Santos.  
Repensando o desenvolvimento e a desigualdade: um diálogo entre as abordagens propostas por Thomas Piketty e Amartya Sen / Moisés dos Santos Rocha.  
49 f.  
Orientador: Rafaela de Oliveira Rodrigues.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2018.  
Bibliografia: f. 49.

1. Thomas Piketty. 2. Amartya Sen. 3. Desenvolvimento 4. Desigualdade.  
5. Análise comparativa. I. Título.

CDU: 33

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Moisés dos Santos Rocha

### REPENSANDO O DESENVOLVIMENTO E A DESIGUALDADE:

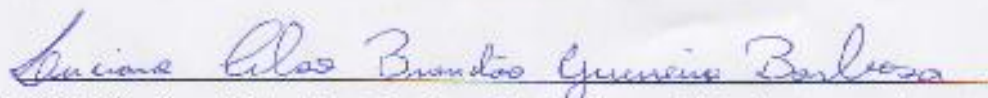
Um diálogo entre as abordagens propostas por Thomas Piketty e Amartya Sen

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao  
corpo docente do curso de Ciências Econômicas,  
da Universidade Federal de Alagoas, Campus do  
Sertão. Aprovado em 13 de dezembro de 2018.




Prof. Dr. Rafael de Oliveira Rodrigues - Ciências Contábeis UFAL (Orientador)

#### Banca examinadora:



Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa - Ciências Econômicas UFAL.

(Examinador Interno)



Prof. Msc. Alcides José de Oliveira Neto - Ciências Econômicas UFAL (Examinador Interno)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos mangás de FullMetal Alchemist da mangaká Hiromu Arakawa; aos livros de J. R. R. Tolkien e seus derivados; ao jogo Yu-Gi-Oh! Trading Card Game da Konami; aos jogos de Pokémon da Nintendo e seus derivados; ao filme A Viagem de Chihiro do Studio Ghibli; aos livros de Agatha Christie e George Orwell; aos trabalhos de Amartya Sen, Paul Krugman e Joseph Stiglitz; e, aquelas obras, que não vou citar aqui com medo de delongar muito, mas que me ajudaram a se tornar o que sou hoje.

A minha família e amigos que me ajudaram a lembrar de acender a luz nas horas mais difíceis.

A meu orientador, cuja atenção foi essencial para a elaboração deste trabalho.

Aos professores que me apresentaram, com excelência e apoio, os diversos caminhos desta minha amiga, ou não, Economia.

E, por fim, aos deuses que me apoiaram, ou mesmo os que simplesmente tenham se mantido neutros, nesta minha odisséia, para assim, não descontarem, em mim, sua fúria por um equívoco meu ao esquecer seus devidos agradecimentos.

*Eu acreditava que, se esse era o melhor dos mundos, minha vontade era construir outro mundo e viver nele.*

*J. E. Stiglitz*

## RESUMO

O principal objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso foi realizar uma análise comparativa das categorias econômicas *desenvolvimento* e *desigualdade*, apresentadas no livro *O capital no século XXI*, de Thomas Piketty, com a perspectiva defendida por Amartya Sen, utilizando como base a sua obra intitulada *Desenvolvimento como liberdade*. Para o alcance do objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em sites especializados e na plataforma de bibliotecas do sistema da Universidade Federal de Alagoas (SIBI/UFAL). Como conclusões, apontamos algumas convergências e divergências no modo como estes dois autores de escolas econômicas e origens diversas trabalham as categorias desenvolvimento e desigualdade, nestas duas obras fundamentais da literatura econômica.

**Palavras chave:** Thomas Piketty, Amartya Sen, Desenvolvimento, Desigualdade

## **ABSTRACT**

The main objective of this study was to conduct a comparative analysis of the economic categories *development* and *inequality*, presented in the book *The Capital in the 21st century*, by Thomas Piketty, with the perspective defended by Amartya Sen, using as a basis his work entitled *Development as freedom*. To reach the proposed objective, a bibliographic research was conducted on specialized sites and in the System libraries platform of the Federal University of Alagoas (Sibi/Ufal). As conclusions, we pointed out some convergences and divergences in the way these two authors of different economic schools and origins work the categories development and inequality, in these two fundamental works of economic literature.

**Keywords:** Thomas Piketty, Amartya Sen, Development, Inequality



## SUMÁRIO

1	<b>Introdução</b> .....	9
1.1	Metodologia.....	14
1.2	Guia de leitura.....	14
2	<b>Desenvolvimento e desigualdade no século XXI</b> .....	16
2.1	Piketty e o capital no século XXI.....	16
2.2	Crescimento e desigualdade.....	18
2.3	Possíveis causas para a desigualdade de renda.....	21
2.4	Desigualdade e as riquezas.....	23
3	<b>Amartya Sen e a liberdade</b> .....	30
3.1	Desenvolvimento como liberdade.....	30
3.2	Pobreza e desigualdade.....	32
3.3	Capacidades avaliatórias: entre renda e mercadoria.....	33
3.4	Capacidades individuais na avaliação de políticas públicas.....	34
3.5	Desigualdade e sua relação com o mercado.....	35
3.6	Entre as liberdades econômicas e políticas.....	37
3.7	Privação de liberdade e a desigualdade no mundo.....	39
3.8	Gênero, desenvolvimento e desigualdade.....	39
3.9	O local e o global na reprodução de desigualdades.....	41
3.10	Desigualdade e desenvolvimento.....	42
4	<b>Uma análise comparativa sobre desenvolvimento e a desigualdade em Piketty e Sen</b> .....	43
5	<b>Conclusão</b> .....	47
6	<b>Referencias bibliográficas</b> .....	49

## 1 Introdução

Autores como Neri e Souza (2012), Krugman (2010) e Stiglitz (2016) destacam que o tema da desigualdade tem sido bastante discutido nas ciências econômicas. Neri e Souza apontam que, segundo os relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO):

[...] dois terços dos países do mundo vivenciaram aumento de desigualdade no período recente. A exceção são os países da América Latina, o continente com maior desigualdade, onde a mesma apresenta tendência de queda generalizada no período. Nos demais BRICS, a desigualdade, embora mais baixa, subiu entre 2000 e 2007 (NERI; SOUZA, 2012, p. 7).

Voltando o foco de sua atenção para a desigualdade no mundo, os autores enfatizam ainda que a desigualdade mundial passou a se reduzir por consequência do crescimento da China e Índia, mas apesar disto, a desigualdade volta a crescer a partir de 2009.

China e Índia abrigam mais de metade dos pobres da aldeia global. O fato é que depois do crescimento da China e da Índia na década passada, o Gini mundial cai para 0,54 em 2009, chegando pouco depois ao piso da série iniciada em meados dos anos 1960 em 2011, com 0,527 de 2011 recém-calculado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (NERI; SOUZA, 2012, p. 2).

A China e Índia são, para Neri e Souza (2012), países estratégicos para pensar a desigualdade no mundo, devido ao fato de abrigarem mais da metade da população pobre do mundo. Existe uma convergência de parâmetros mundiais da desigualdade no interior destes países, isso no sentido de que a desigualdade total global não estaria propriamente aumentando, e sim, mudando a sua essência a partir de convergência de rendas médias entre as nações e da convergência existente no interior dos países.

Ainda sobre os estudos dedicados a desigualdade, Paul Krugman (2010), ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2008, tem realizado fortes críticas às formas comumente apresentadas sobre a desigualdade. O mesmo acredita que as instituições, as normas e o ambiente político têm mais importância para a distribuição de renda que as forças derivadas do mecanismo de mercado.

Para Silva (2010), Krugman divide a história da desigualdade dos Estados Unidos da América em três fases. A primeira, conhecida como Era Dourada, que vai até 1930, nessa época havia grande desigualdade na América, ocorrendo insistentes falhas em atender os interesses da maioria. Posteriormente, chega-se a fase da Grande Compressão, de 1930 a 1970, que se caracterizou por uma elevada distribuição de renda, nessa época os sindicatos tinham bastante poder na política americana e contribuía para a distribuição de renda. Por

fim, A Grande Divergência (ou Disparidade), de 1970 aos dias atuais, quando o país volta a uma fase semelhante à da Era Dourada, onde há grandes índices de desigualdade junto ao enfraquecimento dos sindicatos.

Krugman (2010) argumenta ainda que a hipótese padrão dos estudiosos sobre a desigualdade, a qual destaca que ela é proveniente da crescente demanda por qualificação de trabalho, que por sua vez, se origina das mudanças tecnológicas, tem relevância por três fatores: primeiro o “*timing* funcional”, a desigualdade crescente começou quase ao mesmo tempo em que ocorreu a expansão do poder computacional; segundo, o fato dela ser parte de uma visão confortável para a maioria dos economistas, pois, não necessita de análise de fatores sociológicos; e a terceira, que parte do pressuposto de que a desigualdade é consequência das leis básicas do livre mercado.

A visão defendida por Krugman (2010), de que a desigualdade é consequência de mudanças nas normas e instituições, tem crescido entre os economistas por duas razões. Primeiro, porque esta hipótese conecta a crescente desigualdade com eventos atuais à forte redução da desigualdade durante os anos 1930 e 1940. Segundo, porque os EUA foi o único país desenvolvido que passou por um aumento vertiginoso da desigualdade.

Nas décadas de 1930 e 1940, foram criadas instituições e estabelecidas normas que limitavam a desigualdade; a partir da década de 1970, essas instituições e normas foram desmanteladas, levando à crescente desigualdade. A explicação baseada em instituições e normas integra a ascensão e a queda dos Estados Unidos de classe média em uma única história. (KRUGMAN, 2010, p. 242).

Krugman (2010) acrescenta que a explicação baseada em normas e instituições também prevê, de forma assertiva, que as tendências do aumento da desigualdade variam entre os diversos países. As forças das mudanças tecnológicas e da globalização afetaram todos os países desenvolvidos. As instituições e normas atuam de formas diferentes entre os países. Por exemplo, os sindicatos ainda são fortes na Europa enquanto nos EUA perderam a força. Seus estudos mostram que os movimentos sindicais fortes são de grande importância para a criação de uma sociedade de classe média. Nesse sentido, a grande desigualdade de renda leva a uma elevada desigualdade social em toda a área ao seu redor.

Além das desigualdades econômicas e sociais que são resultados da existência de diferenças da qualificação e riqueza inicial disponível, e as provenientes de instituições e normas, Mendonça (2012), acrescenta a desigualdade proveniente das restrições de “liberdade”. O termo liberdade refere à garantia de certo patamar equidade econômica e social

seja garantido para que as diferenças, naturais a qualquer indivíduo, grupo, comunidade, ou sociedade, não atrapalhem a busca destes para uma determinada situação de desenvolvimento, independente das condições em que possam se encontra.

Ao argumentar sobre a extensão e as diferenças das naturezas da desigualdade dos diversos países, Stiglitz (2016) mostra que essa questão não se forma somente por forças econômicas, mas também por fenômenos políticos. Para ele, as desigualdades extremas acarretam em barreiras para o crescimento econômico, além de diminuir a igualdade política e social.

Segundo Stiglitz (2016), boa parte da desigualdade que podemos ver no mundo está associada aos que praticam a caça à renda, que por sua vez compromete a eficiência econômica. Afirma ainda que uma das piores formas de desigualdade é aquela que afeta as oportunidades, que surgem com a desigualdade de resultados e que leva a redução do desenvolvimento e problemas econômicos. Além disso, países que se deparam com alta desigualdade acabam não investindo de forma adequada em infraestrutura, tecnologia e educação, sendo esses investimentos que contribuem para o crescimento econômico no longo prazo.

A redução da desigualdade, por outro lado, traz evidentes benefícios econômicos e sociais. Fortalece o senso de que a sociedade é justa; melhora a coesão e mobilidade social, aumenta a probabilidade de que mais cidadãos desenvolvam seu potencial, e amplia o apoio a iniciativas de crescimento. As políticas que buscam crescentemente, mas ignoram a desigualdade, podem ser, em última análise, contraproducentes, ao passo que as políticas que a diminuem - por exemplo, estimulando o emprego e a educação - provocando efeitos benéficos sobre o capital humano, cada vez mais necessários para as economias modernas (STIGLITZ, 2016, p. 258).

No que se refere a este tema na atualidade, dois autores têm se destacado em particular no campo das ciências econômicas e sociais: Piketty e Sen.

Sobre o trabalho realizado por Piketty em *O capital no século XXI*, Krugman (2014) destaca que foi uma revolução para as discussões existentes sobre as tendências da desigualdade em longo prazo, antes a maioria das discussões sobre o tema “mais ou menos” desconsideravam os ricos. Portanto, o estudo de Piketty argumenta que a renda do “1%”, e daqueles ainda mais restritos, era essencial para a compreensão da evolução da desigualdade. Além disso, as menções a uma nova *Era Dourada*, que para a maioria dos autores era considerada exagerada, poderia está presente nos dias de hoje. A forte desigualdade

encontrada antes da Primeira Grande Guerra Mundial, e que por volta dos anos 1950 tinham reduzido pela metade, estava voltando após os anos 1980.

Krugman (2014) observa ainda que a suposição geral de boa parte dos pesquisadores sobre o tema de desigualdade era de que a renda auferida seria o aspecto mais importante, e que a renda gerada pelo capital não era importante e nem precisava de atenção. Porém, Piketty demonstra que mesmo nos dias de hoje é a receita do capital, e não a do trabalho, que define o todo da distribuição da renda no mundo. Em *O capital no século XXI* ele mostra que, no passado, o principal dinamizador da disparidade de renda foi a propriedade desigual de ativos e não a de salários. Krugman (2014, p. 23) segue destacando que “Piketty basicamente vê a história econômica como a história de uma corrida entre a acumulação de capital e os demais fatores que propõem o crescimento, como o crescimento populacional e o progresso tecnológico”.

Segundo Stiglitz (2016), os dados reunidos por Piketty reforçam o seu argumento sobre a desigualdade, de que esta vem crescendo desde os anos de 1980. Piketty sugere por meio de sua análise histórica que o período depois da Segunda Grande Guerra Mundial foi uma anomalia, sendo este o único período que todos os grupos dos EUA apresentaram aumento de renda, e ainda, a renda da base da pirâmide aumentou mais que a do topo. Os mesmos padrões dos Estados Unidos eram encontrados em outros lugares.

Estes autores argumentam que o capitalismo tem como característica o alto grau de desigualdade. Além disso, sustentam que “a riqueza dos capitalistas aumentaria de acordo com a taxa de juros, já que eles reinvestiam a maior parte de sua riqueza” (STIGLITZ, 2016, p. 68). Isto significa que, no momento em que a taxa de juros é maior que a taxa de crescimento econômico, a razão capital/renda aumentaria sempre.

Para Stiglitz (2016) *O capital no século XXI* mostrou um enigma para a teoria econômica comumente empregada, a ideia de que:

A riqueza (ou o “capital”) estava aumentando mais rapidamente que a remuneração ou a oferta de mão de obra. Normalmente se esperaria que esse aumento da riqueza causasse uma diminuição do retorno do capital - um dos princípios mais bem estabelecidos da Economia, que todo estudante do assunto aprende, é a lei dos rendimentos decrescentes. Piketty parece ter *revogado* silenciosamente essa lei. Se a lei dos rendimentos decrescente funcionasse, como supus em meu trabalho, à medida que o capital aumentasse em relação à oferta de mão de obra, a taxa de juros cairia. Teria de cair até um ponto em que o capital aumentasse apenas na mesma velocidade da renda. Nesse momento, não haveria um aumento contínuo da desigualdade da riqueza. Piketty é um economista empírico, ele simplesmente

observou que a taxa de retorno sobre o capital não estava caindo e inferiu que não havia motivo para acreditar que cairia futuramente (STIGLITZ, 2016, p. 69).

Stiglitz (2016) esclarece que tanto ele como Piketty se esqueceram de analisar adequadamente em seus trabalhos um fator importante da desigualdade crescente e do comportamento verificado entre riqueza e renda e o retorno do capital, se referindo ao fato de que os dados mostraram que boa parte do aumento da riqueza deriva dos ganhos de capital.

Em outra medida, no que se refere às contribuições de Amartya Sen, Mendonça (2012) defende que:

Em termos das práticas de elaboração e gestão das políticas sociais, o liberalismo igualitário foi ainda mais desenvolvido a partir da contribuição de Amartya Sen. Primeiro, em razão da forma clara, explícita e bem direcionada dos princípios do liberalismo em termos da economia e suas implicações sociais, bem explicitadas e desenvolvidas em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*. Segundo, em razão de sua influência teórica nas políticas propugnadas pelo Banco Mundial, que permitiu uma renovação nos preceitos até então desenvolvidos para a periferia mundial, sem que fosse necessário abdicar ou mesmo ameaçar os interesses do capital que justificam a atuação desses organismos (MENDONÇA, 2012, p. 69).

Mendonça (2012) acrescenta que, em termos práticos, Sen contribuiu nas renovações das políticas sociais para que atendessem a parte da população mais carente de uma forma focalizada e assistencialista. As políticas sociais passam a visar principalmente à promoção de condições necessárias para a expansão das “capacidades” dos indivíduos. Os critérios das análises dos resultados destas políticas não são mais julgados pelo poder de um indivíduo concorrer por uma finalidade imposta por ele, mas sim pela sua capacidade de ter podido concorrer com os demais em busca da finalidade, tendo alcançado ou não.

Cabe destacar, como levanta Veiga (2008), que Sen contribuiu no final dos anos 1980 para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Sen atua como um dos principais colaboradores no desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com a proposta de ser um indicador sintético com a capacidade de fornecer a seus usuários uma espécie de medidor do desenvolvimento, medidas que o Produto Interno Bruto não conseguiria fornecer.

Dito isto, este trabalho tem como objetivo analisar de forma comparativa a evolução das categorias econômicas desenvolvimento e desigualdade, apresentadas no livro *O capital no século XXI*, de autoria do economista francês Thomas Piketty, com a perspectiva de desenvolvimento defendida pelo ganhador do Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen, utilizando como base a sua obra intitulada *Desenvolvimento como liberdade*.

## 1.1 Metodologia

Para o alcance do objetivo proposto foi utilizada uma metodologia qualitativa dividida em três fases distintas.

Primeiro nos debruçamos sobre os estudos econômicos sobre o tema do desenvolvimento e dos novos paradigmas do desenvolvimento. Através do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), selecionamos uma série de autores que trabalham com o tema. Com base nestes autores definimos que a categoria de estudo que seria analisada seria a desigualdade. Nesse sentido procuramos compreender o modo como esta categoria estava sendo utilizada pelas diferentes escolas do pensamento econômico, especialmente pela escola do liberalismo igualitário. Estes autores apontaram as obras de Piketty e Sen como marcos históricos das críticas realizadas ao capitalismo no modo como ele promove desenvolvimento ao mesmo tempo em que estende as desigualdades entre diferentes grupos no mundo.

Em seguida, o foco das nossas atenções se voltou para tentar entender como estes dois autores têm trabalhado a categoria desigualdade em suas obras, nesta etapa, além do material bibliográfico encontrado no sistema de bibliotecas da UFAL, também foram consultados sites especializados em pesquisa científica e acadêmica, especialmente o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Ao analisarmos o modo como estes dois autores trabalham a ideia de desigualdade identificamos o nosso problema de pesquisa: o modo como a desigualdade tem sido trabalhado maciçamente a partir de indicadores econômicos (Sen, 2010). Nesse sentido levantamos a seguinte questão problema: é possível medir o desenvolvimento, especialmente a promoção de desigualdades, levando em consideração apenas indicadores econômicos? Como os indicadores sociais podem contribuir para refinar a categoria desigualdade nos estudos econômicos.

Por fim, ao separarmos as obras de Piketty e Sen, o foco das nossas atenções se voltou para comparar as diferentes abordagens. Nesse sentido, foram realizados quadros comparativos, os quais nos permitiram colocar lado a lado o modo como estes dois autores tem trabalhado a categoria desigualdade em seus estudos.

## 1.2 Guia de leitura

Apresentamos agora o modo como organizamos este estudo. Iniciamos apresentando as principais informações e conclusões trazidas pela publicação do livro *O capital no século*

XXI para área acadêmica, especialmente sobre a categoria desigualdade. Em seguida, discutimos como ambição trazer os principais conceitos da teoria de Amartya Sen sobre a análise do desenvolvimento focado na expansão das liberdades humanas, usando como fonte seu livro *Desenvolvimento como liberdade* que tem contribuído para refinar o conceito de desigualdade nos estudos econômicos. Dando continuidade, realizamos uma comparação entre os dois capítulos anteriores, mostrando suas principais diferenças e semelhanças. Por fim, é colocada a conclusão deste trabalho.



## 2 Desenvolvimento e desigualdade no século XXI

Neste capítulo apresentamos os principais aspectos das categorias desenvolvimento e desigualdade apontados por Thomas Piketty no livro *O capital no século XXI*. Iniciamos o capítulo apresentando um pouco dos aspectos gerais da obra, dando enfoque a sua leitura do capitalismo na atualidade. Em seguida discutimos o modo como ele apresenta temas como crescimento e desigualdade. Dando continuidade, refletimos o modo como Piketty tem abordado as possíveis causas para a desigualdade de renda no mundo. Ao fim, discutimos o modo como o autor relaciona a desigualdade e as riquezas.

### 2.1 Piketty e o capital no século XXI

O livro *O capital no Século XXI*, de Thomas Piketty (2013), baseia-se em uma pesquisa de quinze anos (1998-2013) dedicada à dinâmica das rendas e dos patrimônios, abrangendo três séculos e mais de vinte países, sendo uma pesquisa de história econômica comparativa.

Neste trabalho ele procura responder às seguintes questões: se a dinâmica da acumulação do capital privado leva de modo inevitável a um aumento da concentração da riqueza e do poder em poucas mãos ou cria forças equilibradoras do crescimento, e se a concorrência e o progresso tecnológico levam naturalmente a uma redução da desigualdade. Segundo Piketty (2013, p. 247) seu único objetivo com esta pesquisa é “poder comparar a estrutura da desigualdade em vigor em sociedades mais distantes no tempo e no espaço, sociedades muito diferentes *a priori* e, em particular, sociedades que utilizam palavras e noções completamente distintas para designar os grupos sociais que as compõem”.

Há duas principais fontes de dados para a construção do livro citado: a primeira é de séries de dados que trabalham diretamente com a desigualdade e a distribuição de renda, os décimos e centésimos das rendas mais altas foram estimados a partir dos dados tributários retirados de declarações de renda, com importante participação do World Top Incomes Database (WTID). A segunda corresponde a séries de dados que lidam com a distribuição da riqueza e sua relação com a renda, especialmente os dados do WTID sobre evolução da renda do capital no século passado. Desta distingue-se três subconjuntos de fontes de dados: i) as declarações de patrimônio provenientes de impostos sobre fortunas e heranças, ii) dados sobre riqueza herdada e da poupança para a construção de grandes fortunas, e iii) dados que permitem mensurar o estoque total da riqueza nacional. Cabe destacar a importância ao

cinema e a literatura, principalmente romances do século XIX, pois trazem informações muito precisas sobre os padrões de vida e nível de fortuna das diferentes classes sociais e mostram a estrutura da desigualdade.

A estrutura do livro é formada por quatro partes, num total de dezesseis capítulos. A Primeira Parte, de nome “Renda e capital”, tem foco na introdução das noções principais que serão utilizadas no decorrer do livro. A Segunda Parte é denominada “A dinâmica da relação capital/renda”, tendo como objetivo analisar a forma como a questão da evolução em longo prazo da relação capital/renda e da distribuição mundial da renda nacional entre renda do trabalho e capital se apresenta no século XXI. A Terceira Parte, “A estrutura da desigualdade”, tenta mostrar de que forma a desigualdade se apresenta ao redor do mundo e sua evolução histórica a partir dos dados recolhidos. A Quarta Parte e última parte tenta extrair recomendações para as políticas de âmbito público, tendo como propósito estabelecer os fatos e compreender as razões para as mudanças que foram observadas no decorrer do livro.

Piketty (2013) discute a divisão mundial da renda nacional entre o trabalho e o capital, além das suas variações desde o século XVIII. Em suas primeiras páginas já é adiantado que em todos os países a desigualdade de salários e remuneração de trabalho é sempre menor que a desigualdade de riqueza.

Segundo Piketty (2013), a teoria clássica de que havia uma expressiva estabilização na divisão da renda nacional entre capital e trabalho no longo prazo é contrariada após uma análise de fatores históricos. A realidade apresentada demonstra que a divisão capital-trabalho sofreu, no decorrer do século XX, grandes oscilações. Os choques do início do século XX, Primeira Guerra Mundial, a Revolução Bolchevique, a Crise de 1929, a Segunda Guerra Mundial, e mudanças nas políticas de regulação, levaram a uma redução significativa do capital privado nos anos de 1950 a 1960. Posteriormente logo surgem movimentos de reconstituição do patrimônio, a revolução conservadora anglo-saxã, o fim do bloco soviético, a globalização financeira, junto com a introdução do neoliberalismo, todos estes movimentos contribuíram para um processo oposto que ocorre no início do século passado.

Piketty (2013) apresenta alguns conceitos que são importantes para a análise de seu trabalho. A noção de “renda nacional” é definida como o que mede o conjunto das rendas que possuem a população de um país no decorrer de um ano, sem interferência na classificação jurídica de renda. Uma nação que possua uma parte considerável do capital de outros países

pode ter uma renda nacional mais alta que o seu produto interno. O termo “capital” abordado em seu trabalho é definido como o conjunto de ativos não humanos (físico ou imaterial) que podem ser adquiridos, vendidos ou comprados em um mercado, e não o termo utilizado por alguns economistas como “capital humano”. Portanto, as palavras “capital”, “riqueza” e “patrimônio” passam a ter uma relação de sinônimos neste trabalho. A “riqueza nacional” será o valor total, em preços de mercado, de tudo que a população e o governo de um país possuem em um determinado momento e que possam ser vendidos ou comprados em um mercado. Por fim, é definido o conceito da razão capital/renda, que para o autor seria a maneira mais natural e útil para medir a importância que o capital tem para uma sociedade.

É destacado ainda por Piketty (2013), que o estoque de capital em países desenvolvidos se apresenta em duas partes, aproximadamente iguais, o capital que tem relação com a habitação e o capital produtivo.

A chamada *primeira lei fundamental do capitalismo*, representada por:  $\alpha = r \times \beta$ , tem grande importância para a análise de Piketty (2013), pois através dela ele consegue de forma simples expressar os três conceitos mais importantes para o estudo do capitalismo. Onde:  $\alpha$  é a participação da renda do capital,  $r$  é a taxa de rendimento ou remuneração, e  $\beta$  é a razão capital/renda. Essa lei indica que as forças econômicas, sociais e políticas que têm influência nestes três conceitos não podem ser fixadas de forma diferente uma das outras.

Piketty (2013) mostra que, devido a Revolução Industrial, a Europa e os EUA tiveram dois ou três vezes mais peso na produção que a média mundial, entre 1900 e 1980, porém o autor acredita que essa fase de divergência da produção tenha terminado e que o mundo esteja caminhando para uma convergência, sendo esta uma das principais conclusões apresentadas neste trabalho. A divisão de renda existente no mundo tem um caráter mais desigual do que o da produção, porém os países que apresentam uma produção mais alta por habitantes também tendem a acumular parte do capital de outros países, assim, eles acabam recebendo fluxos de rendas positivos que se originam de países cuja produção por habitante é mais baixa.

É decomposto por Piketty (2013) o conceito de crescimento da produção em dois termos: o crescimento da população e o crescimento da produção por habitante. A “lei do crescimento acumulado” é relacionada a esses dois termos em análises de dados que variam do ano 0 até 2012.

## 2.2 Crescimento e desigualdade

Posteriormente, ao analisar o crescimento e a equalização da desigualdade, Piketty (2013) propõe que, se tudo o mais permanecer constante, um crescimento demográfico de níveis altos acaba desempenhando um papel equalizador, pois diminui a importância da riqueza que vem sendo acumulada no passado, a chamada herança. O crescimento também pode ter um papel no aumento da desigualdade, no momento em que possibilita a criação de fortunas muito rapidamente em novos setores de atividade.

É visto por Piketty (2013) que no decorrer dos últimos três séculos, a forma que o crescimento econômico adquiriu foi de uma curva em formato de sino de grande amplitude. O fenômeno é visto tanto no aumento demográfico quanto da produção por habitante. Houve uma expansão do ritmo de crescimento durante os séculos XVIII e XIX, e principalmente no século XX. Mas na obra do autor, o século XXI tem um diferencial, pois pode apresentar níveis muito baixos de crescimento populacional e de produção por habitante.

A evolução do estoque de capital tem grande importância para a pesquisa de Piketty (2013), tanto o seu nível total como também sua composição em diferentes tipos de ativos, e sua estrutura vem variando desde o século XVIII. Após uma análise sobre a metamorfose do capital na Inglaterra e França durante os últimos três séculos, foi observado que as variações de capital externo líquido, capitais internos, moradia e terras agrícolas apresentaram uma curva em forma de U, onde sua parte inferior vem por decorrência dos conflitos militares, políticos e econômicos do século XX. O capital que havia sumido na primeira metade do século XX aparenta estar voltando a patamares dos séculos XVIII e XIX.

A compreensão dos dados apresentados por Piketty (2013) mostrou que ao decorrer destes três séculos as terras foram aos poucos substituídas pelos imóveis e pelo capital de origem profissional e financeiro, investido nas empresas e administrações públicas. As outras participações de capitais para a Inglaterra e França apresentam uma evolução modesta.

Para Piketty (2013) ter uma boa visão sobre as várias lógicas e processos históricos, envolvidos na acumulação de capital, é examinar, também, as experiências ocorridas na Alemanha, Estados Unidos e Canadá. Esses países têm características parecidas com o Reino Unido e França. No decorrer de um longo período as terras agrícolas acabam sendo substituídas pelo capital imobiliário, industrial e financeiro, e a relação renda/capital apresenta as mesmas variações, regride durante os conflitos do início do século XX e posteriormente volta a subir a patamares semelhantes à antes desses conflitos.

Segundo Piketty (2013), mesmo com a redução do capital da terra agrícola, e substituição por outro tipo, o valor total do estoque de capital que forma a renda nacional (relação que mede a importância total do capital na economia e na sociedade) não foi constatado, em uma primeira visão, uma alteração de forma substancial em longo prazo. Os períodos de 1914-1945 acarretaram em uma relação capital/renda mais reduzida na Europa durante a maior parte do século XX, dos anos de 1920 a 1980, do que nos EUA, porém a tendência da relação capital/renda sempre foi de ser superior na Europa que nos Estados Unidos.

A equação  $\beta = s/g$  (onde:  $s$  é a taxa de poupança e  $g$  é a taxa de crescimento da renda nacional) é considerada por Piketty (2013) como *a segunda lei fundamental do capitalismo*. Ela mostra que, um país que poupe mais do que cresce acumula, em longo prazo, um grande estoque de capital. O baixo crescimento das nações foi o que possibilitou uma volta da relação capital/renda no início do século XXI comparado ao que foi observado nos séculos XVIII e XIX. A relação criada pela razão capital/renda de longo prazo depende da taxa de poupança  $s$  e da taxa de crescimento  $g$ . Essas duas variáveis dependem por sua vez de dois parâmetros macrossociais, o primeiro forma-se das decisões individuais de milhares de trabalhadores e o segundo é dependente da época e do país.

Segundo Piketty (2013), suas estimativas mostraram que:

A principal conclusão de nossas estimativas é que, tanto na França como no Reino Unido no século XVIII ao século XIX o rendimento puro do capital oscilou em torno de um valor central da ordem de 4-5% por ano ou, com mais frequência, em um intervalo entre 3% e 6% por ano. Não há tendência marcada no longo prazo, nem para a alta, nem para a baixa. O rendimento puro superou 6% após a grande destruição e os inúmeros choques sofridos pelo capital ao longo das guerras do século XX, mas retornou rapidamente aos níveis baixos observados no passado. É possível que o rendimento puro do capital tenha, todavia, sofrido uma leve redução no longuíssimo prazo: ele muitas vezes ultrapassou os 4-5% nos séculos XVIII e XIX, e no início do século XXI parece se aproximar de 3-4%, à medida que a razão capital/renda retorna aos níveis elevados do passado (PIKETTY, 2013, p. 202-203).

Piketty (2013) argumenta que a determinação da taxa de rendimento do capital é formada pela tecnologia e a abundância do estoque de capital. Além disso, segundo o autor, o capital, em todas as sociedades, desempenha duas funções: a primeira é de permitir que as pessoas tenham onde se abrigar, a segunda é de servir como fator de produção para bens e serviços.

Outra característica do capital mostrada por Piketty (2013) seria que sua própria abundância acaba eliminando-o, é de sua própria natureza que a produtividade marginal do

capital diminui à medida que seu estoque aumente. Da mesma forma é percebido o mesmo processo para máquinas e equipamentos de todos os tipos. A questão importante não é saber se a produtividade marginal do capital é decrescente quando o estoque de capital aumenta, mas a que ritmo ela cai.

Duas situações podem surgir daí. Se o rendimento do capital  $r$  cai mais do que proporcionalmente quando a relação capital/renda  $\beta$  aumenta [...], a participação das rendas do capital na renda nacional  $\alpha = r \times \beta$  diminuirá quando  $\beta$  aumentar. Ou seja, a redução do rendimento do capital mais do que compensa o aumento da razão capital/renda. Por outro lado, se o rendimento do capital  $r$  cai menos do que proporcionalmente quando a relação aumenta [...], a participação do capital  $\alpha = r \times \beta$  aumentará quando  $\beta$  aumenta. Nesse caso o rendimento simplesmente atenua ou modera a evolução da participação do capital em comparação com a da relação capital/renda (PIKETTY, 2013, p. 212).

Os dados apresentados por Piketty (2013) indicam que a participação do capital vem aumentando na maioria dos países ricos ao decorrer de 1970-2010, à medida que a relação capital/renda se expandiu. Ressalta-se ainda que nenhum mecanismo econômico autocorretivo impede que esse crescimento venha seguido de um aumento permanente da participação do capital na renda nacional.

Em relação ao aumento da participação do trabalho, sendo analisado o período de 1810 a 2010, Piketty (2013) explica que isso se deve ao aumento da importância do trabalho no processo de produção. Sendo assim, “é o crescimento permanente da produtividade e da população que permite equilibrar a adição contínua de novas unidades de capital, como exprime a lei  $\beta = s/g$ ” (PIKETTY, 2013, p. 219). Na falta dessa relação os capitalistas procuram aniquilar-se para diminuir a queda em suas taxas de rendimento.

### 2.3 Possíveis causas para a desigualdade de renda

Piketty (2013) vê a desigualdade da renda estabelecida por alguns componentes: um deles é conhecido como a desigualdade da renda do trabalho; e, o outro, a desigualdade da renda do capital, sendo esta a que se apresenta com mais força. Portanto, quanto maior for a desigualdade de um desses componentes, ou de ambos, maior será a desigualdade total. O terceiro fator é a relação que se estabelece entre essas duas dimensões, ou seja, em que medida as pessoas que apresentam altas rendas do trabalho são as mesmas com renda do capital também elevado.

As formas de se chegar a uma desigualdade extrema são apresentadas por Piketty (2013) como: 1) “sociedade de rentistas”, nessa sociedade os patrimônios são muito importantes e a concentração chega a níveis muito elevados; 2) “sociedade

hipermeritocrática”, seria uma sociedade muito desigual, porém o nível mais alto da hierarquia de rendas seria dominado pelas rendas do trabalho mais altas, e não pelas herdadas, tendo chances dos dois tipos de desigualdade se apresentarem na mesma sociedade.

Piketty (2013) apresenta dados da evolução da parcela do décimo superior da hierarquia de rendas na renda nacional, e também a parcela do décimo superior da hierarquia de rendas na renda nacional da França de 1910 - 2010. São colocados três fatos como destaques: o primeiro, a desigualdade da renda apresentou uma forte queda desde a *Belle Époque*; o segundo, a forte compressão da desigualdade da renda ao decorrer do último século teve como consequência à redução das altas rendas do capital. Sendo assim, a redução da desigualdade apresentada na França durante o século XX se deveu principalmente a redução dos rentistas e do colapso das grandes rendas do capital.

Cabe ainda destacar um terceiro fator, como destaca o próprio autor: “a história da desigualdade não é um mar de rosas” (PIKETTY, 2013, p. 267). A França, e também em demais países, apresentou uma evolução da desigualdade que sempre é marcada por questões políticas e econômicas, com sobressaltos, com inúmeros movimentos sociais, políticos, militares ao decorrer desse período.

Sobre os diferentes grupos sociais que formam o décimo superior da hierarquia de renda, é notado por Piketty (2013) que para os “9%” destes prevalecem as rendas do trabalho, e o “1%” restante tem uma importância maior a formação de renda de capitais.

Em relação à desigualdade de renda dos Estados Unidos nos anos 2010, Piketty (2013) mostra que ela é tão extrema quantitativamente quanto à apresentada na Europa em torno de 1900-1910, porém uma estrutura diferenciada no momento em que a renda de capitais era elemento essencial nas grandes rendas americanas.

A alta da desigualdade de renda americana pode ser explicada pelo aumento da desigualdade salarial a nível sem precedentes. O aumento das rendas muito altas e dos salários extraordinários mostra o que Piketty (2013) chama de “sociedade de superexecutivos”, ou seja, um grupo de dirigentes executivos de grandes empresas com remunerações altíssimas.

Piketty (2013) relata que para explicar o fato da desigualdade de renda do trabalho ser mais acentuada em diferentes sociedades e em momentos históricos diferentes, usa-se a teoria que envolve uma disputa entre educação e tecnologia, e que se baseiam duas hipóteses: a primeira mostra que o ganho do assalariado é idêntico a sua produtividade marginal; a

segunda diz que a produtividade depende da qualidade do indivíduo e da relação de oferta e demanda da qualificação da sociedade analisada.

Para Piketty (2013) a oferta e demanda por qualificação é fundamental para entender a formação da desigualdade dos salários. Na prática, a oferta por qualificação depende das condições do sistema educacional, e a demanda tem relação direta com as condições tecnológicas disponíveis para os processos produtivos. Para Goldin e Kartz (2010), as duas curvas progridem inversamente. Na busca para reverter essa relação negativa, seria necessário investir pesado na formação e garantir acesso mais amplo a universidade e, assim, em longo prazo, reduzir a desigualdade salarial.

Com relação à política de ampliação ao acesso universitário nos Estados Unidos, Piketty (2013, p. 306) argumenta que, “no entanto, por mais desejável que seja, ela tem um impacto sem dúvida limitado sobre o fenômeno de exploração das altíssimas remunerações americanas a partir dos anos 1970-1980”. Portanto, segundo Piketty (2013), o fator que contribuiu para esse fenômeno é o salto do valor dos salários do “1%”, que aconteceu em alguns países desenvolvidos, mas não em todos, sendo as diferenças institucionais as responsáveis. A evolução da formação dos supersalários não se aplicou em todos os países, mesmo que as transformações tecnológicas tenham atingido a distribuição de qualificação em países com um nível de desenvolvimento elevado.

Ao abordar a superconcentração patrimonial que é notada nas sociedades agrárias tradicionais, Piketty (2013), afirma que o principal fator determinante seria o baixo crescimento e suas taxas de rendimento do capital superiores à taxa de crescimento nessas sociedades. No momento em que a taxa de rendimento do capital se torna maior, de maneira forte e duradoura, a taxa de crescimento, a relação existente entre a acumulação e a transmissão dos patrimônios conduz a uma concentração da propriedade, isso analisando o longo prazo.

#### 2.4 Desigualdades e as riquezas

Para Piketty (2013) a desigualdade,  $r > g$ , é uma realidade histórica, porém depende em grande parte dos choques sofridos pela riqueza, e das políticas públicas e das instituições criadas para regular a relação capital-trabalho. A explicação mais plausível para o fenômeno que impede que a concentração da riqueza volte aos níveis anteriores a Primeira Grande



Guerra é a criação, principalmente no século passado, de impostos fiscais significativos sobre o capital e suas rendas.

Thomas Piketty (2013) levanta a questão de existirem três forças que determinam o fluxo de herança e sua evolução ao longo do tempo: onde  $b_y$  é o fluxo econômico das heranças e das doações, expresso em proporção da renda nacional, que é igual:

$$b_y = \mu \times m \times \beta.$$

Segundo o autor, a primeira destas três forças é a relação capital/renda  $\beta$ , evidencia que para que o fluxo de riqueza seja alto em uma dada sociedade, é necessário que o estoque total de riqueza privada suscetível à transmissão seja significativo. A segunda, a taxa de mortalidade  $m$ , mostra que se as condições forem mantidas, quanto maior for a taxa de mortalidade também maior será o fluxo de herança. Por último,  $\mu$  é a relação entre a riqueza dos vivos e a riqueza no mesmo momento do óbito, sendo ela dependente do perfil por idade do patrimônio, ou seja, quanto mais a média do patrimônio tende a aumentar com um ano de idade adicional, mais alta será essa relação, mais significativo será o fluxo de herança.

Quando se analisa o fluxo da herança ao longo do tempo, Piketty (2013) nota que ela perdeu força após a Segunda Guerra Mundial de uma forma excepcional. Enquanto o estoque de capital foi dividido por mais de três no período de 1910 e 1950, o fluxo anual de herança dividiu-se em quase seis no mesmo período. Todavia, com o passar dos anos 1950 e 1960 o capital voltou a se acumular e a relação capital/renda aumentou, as fortunas voltaram a envelhecer, assim, a relação entre o patrimônio médio em óbito e dos vivos voltou a se elevar.

Segundo Piketty (2013) esse fenômeno é explicado da seguinte forma:

A questão principal é que, para uma dada estrutura de comportamentos de poupança, o processo cumulativo será mais rápido e desigual quanto maior for a taxa de rendimento do capital e menor for a taxa de crescimento. O fortíssimo crescimento durante os Trinta Gloriosos explica a relativa lentidão do crescimento da relação  $\mu$  [...] e, assim, do fluxo de herança ao longo dos anos 1950-1970. Por outro lado, a queda do crescimento explica a aceleração do envelhecimento das riquezas e do retorno da herança observado desde os anos 1980 (PIKETTY, 2013, p. 391).

Piketty (2013) argumenta que existem duas condições para que uma sociedade patrimonial e rentista possa prosperar. A primeira surge com a necessidade de que o peso global do capital, e dentro dele o capital herdado, seja importante. A segunda é que a concentração da herança precisa ser extremamente alta. Ao analisar dados referentes à França, o autor salienta que suas estimativas levam a crer que a herança vai representar para a geração

nascida nos anos 1970-1980, quase um quarto de todos os recursos (de origem da herança e do trabalho) que elas possuirão ao decorrer de suas vidas.

Afirma ainda que “em termos de massas globais, a herança já praticamente recobrou a importância que tinha para as gerações do século XIX” (PIKETTY, 2013, p. 407), mas mesmo com essa evolução da participação da herança, não significa que ela tem hoje o mesmo papel na sociedade que tinha no século XIX. Para a França, a grande dispersão da riqueza e o surgimento de uma classe média com características patrimoniais levam a existência de menos heranças da mesma proporção do que as que existiam no século XIX ou na *Belle Époque*.

Ao analisar a hipótese comumente empregada nos modelos econômicos de que o capital gera o mesmo rendimento para todos os seus possuidores, Piketty (2013, p. 419-420) afirma que não há garantias de sua aplicação na realidade, argumentando ainda que “é altamente possível que os patrimônios maiores tenham retornos mais elevados”. Piketty (2013) apresenta ainda duas razões, a primeira é de que existem mais meios para empregar os intermediários financeiros quando se possui elevadas quantias de capital que pequenas, a segunda é que é mais fácil correr riscos e ser paciente se possuímos reservas mais significativas do que quando não se possui quase nada. Sendo assim, esse mecanismo pode levar, de forma automática, a grande diferença da distribuição de capital, “a desigualdade dos rendimentos do capital é uma força de divergência que amplia e agrava consideravelmente os efeitos da desigualdade  $r > g$ ” (PIKETTY, 2013, p. 420), a perspectiva de Piketty (2013) mostra que a diferença  $r-g$  pode ser alta para os patrimônios maiores, mas isso não leva a ocorrência de uma forma generalizada para a economia em um todo.

De um ponto de vista estritamente lógico, a única força compensatória “natural” - ou seja, fora do âmbito de qualquer intervenção pública - é mais uma vez, o crescimento. Quanto maior o crescimento mundial, mais o salto dos grandes patrimônios permanecerá moderado em termos relativos, no sentido de que suas taxas de progressão não serão desmedidamente mais altas do que o crescimento médio das rendas e das riquezas (PIKETTY, 2013, p. 420).

As informações trazidas por Piketty (2013) mostram que desde os anos 1980 as riquezas, no parâmetro global, vêm progredindo em uma média mais rápida que as rendas, o já conhecido fenômeno de aumento da relação capital/renda, e os patrimônios mais elevados cresceram em uma velocidade muito maior, no mínimo duas vezes mais, que a média dos patrimônios, esse fenômeno foi encontrado no período de tempo analisado. Piketty (2013)

alerta que, se essa evolução continuar de forma indefinida, a participação que cabe aos grupos com maior patrimônio, hoje extremamente restritos, pode atingir níveis muito substanciais até o final do século XXI.

Após uma análise dos relatórios mundiais sobre fortunas (principalmente: *Crédit Suisse*, *Merrill Lynch*, *Allianz*, e a revista *Forbes*), Thomas Piketty (2013) conclui:

A parcela do milionésimo superior atualmente parece estar próxima de 20% do patrimônio total, a do centésimo superior, perto de 50% do patrimônio total, e a do décimo superior, entre 80% e 90%; a metade inferior da população mundial possui, sem dúvida, menos de 5% do patrimônio total (PIKETTY, 2013, p. 427).

Mostrando, assim, que a distribuição das riquezas globais no início dos anos de 2010 pode ser comparada às que eram observadas em países europeus nas primeiras décadas do século XX.

Piketty (2013) mostra o problema que surge com a desigualdade  $r > g$ , que ainda é reforçada pela desigualdade dos rendimentos em função do tamanho do capital, que leva, com frequência, a uma concentração muito elevada e por muito tempo da riqueza, assim, mesmo que sejam justificados no início, os patrimônios se multiplicam e se mantêm sem limites e sem uma justificativa racional de utilidade social. A defesa de Piketty (2013) para a criação de um imposto progressivo anual das maiores fortunas mundiais é de que assim poderia ser realizado um controle democrático do processo apresentado, além de que seria preservado o dinamismo do âmbito empreendedor e a abertura econômica internacional.

O imposto progressivo abordado é, para Piketty (2013), a instituição ideal para ser capaz de evitar o ciclo sem fim da crescente desigualdade mundial, além de proporcionar um retorno ao dinamismo. Ainda teria como vantagens, segundo o autor, a transparência democrática e financeira dos patrimônios, fazendo prevalecer o interesse comum em relação ao do interesse privado. Esse imposto seria um avanço em relação à redistribuição de renda moderna.

O autor afirma que esta última não consiste na transferência de fortunas dos mais abastados para os menos, pelo menos não de uma maneira tão evidente. Ela seria constituída de um financiamento de serviços públicos e das rendas de substituição de uma forma quase igualitária, seria, portanto, construída visando uma lógica de direitos e igualdade de acesso a um número de bens e serviços considerados fundamentais.

Piketty (2013) considera a inovação mais importante do século XX, em termos fiscais, a criação e o desenvolvimento do imposto progressivo sobre a renda, tendo papel importante na redução da desigualdade ao decorrer do século passado, e hoje está ameaçada por forças de concorrência fiscal entre países. Além disso, o imposto progressivo sobre a herança, considerado pelo autor a segunda inovação mais importante do último século, passa pelas mesmas dificuldades.

A progressividade fiscal da parte superior das hierarquias de renda e herança explica, para Piketty (2013), em parte, a ocorrência de uma redução na concentração patrimonial depois dos choques das guerras mundiais. A redução da progressividade sobre as rendas altas nos Estados Unidos e Reino Unido desde os anos 1970-1980 explica a maior parte do aumento das remunerações muito elevadas. Um efeito importante a destacar é o aumento da concorrência fiscal nas últimas décadas que levou a um desenvolvimento de regimes derogatórios em relação à renda do capital, que na maior parte do mundo escapa do cálculo progressivo do imposto sobre a renda.

Para Piketty (2013) o que ocorreu nos EUA e Reino Unido, se analisarmos os países desenvolvidos, em relação à taxa marginal superior do imposto sobre a renda, no período de 1970-2010, está fortemente ligada à magnitude da alta da participação do centésimo superior na renda nacional ao longo desse período. Segundo o próprio autor:

Os países que mais baixaram suas taxas superiores são também aqueles onde as rendas mais elevadas - sobretudo as remunerações dos executivos das grandes empresas - aumentaram com mais força; por outro lado, os países que baixaram pouco suas taxas superiores viram suas rendas elevadas progredirem de forma muito mais moderada (PIKETTY, 2013, p. 496).

Uma explicação para esse fenômeno é que a redução da taxa superior, principalmente as apresentadas nos EUA e Reino Unido, modificaram os modos de formação e negociação dos salários dos executivos. Piketty (2013) afirma que não existe nenhuma relação estatisticamente significativa entre a queda da taxa marginal superior e a taxa de crescimento da produtividade marginal dos países desenvolvidos desde a década de 1970.

Como já foi abordado, para Piketty (2013) não é suficiente somente uma reformulação do modelo fiscal e social do século XX para regular o capitalismo patrimonial do século XXI. Deve-se criar um imposto progressivo mundial somado a uma grande transparência financeira mundial. Assim, seria possível combater “uma espiral desigualadora sem fim e regular de forma eficaz a inquietante dinâmica da concentração mundial da riqueza” (PIKETTY, 2013,

p. 502). Esse imposto poderia arrecadar anualmente sobre o capital individual, sem pretender substituir os recursos fiscais existentes.

O mecanismo fiscal proposto por Piketty (2013) teria como vantagens o fato de gerar conhecimento e informação sobre os patrimônios e as fortunas, os institutos estatísticos e organizações internacionais estariam aptos a produzir informações de maior confiança sobre o percurso dos patrimônios. Possibilitaria estruturar uma regulamentação mais justa e eficiente das crises bancárias, podendo ser utilizado para isso arrecadações excepcionais progressivas e bem calibradas. Além de ainda conseguir refinar as definições e as regras de valorização dos ativos, dos passivos e patrimônios líquidos. Por fim, teria um papel de obrigar a especificação e ampliação dos conteúdos dos acordos internacionais sobre informações bancárias.

Segundo Piketty (2013), também deve existir um mecanismo fiscal semelhante sobre o capital, o qual deve ser analisado por duas lógicas: (i) uma lógica de contribuição, baseada no fato da renda ser erroneamente definida pelos proprietários de rendas elevadas, o imposto captaria de forma correta a capacidade de contribuição dessa parte da população; (ii) lógica de incentivo, baseada no fato de que esse tipo de imposto vai incentivar os detentores de patrimônio a obter os melhores rendimentos possíveis, aqueles que utilizam mal o seu patrimônio seriam obrigados a se desfazerem deles para pagar impostos, transferindo-os para detentores com maior dinamismo.

Existem, segundo o autor, outras formas e caminhos para a regulação patrimonial do século presente, como o protecionismo e os controles de capital. O primeiro permite, às vezes, dinamizar setores com pouco desenvolvimento de um país, porém, se aplicado de forma excessiva e permanente acaba sendo prejudicial. O segundo permite, aos países isolados, combater os choques advindos de crises e preservar sua soberania. Outras formas de regulação menos importantes são: a redistribuição da renda do petróleo e por meio de imigrações.

Ao abordar o tema da dívida pública, Thomas Piketty (2013) argumenta:

[...] com uma dívida pública se aproximando, em média, de um ano da renda nacional (cerca de 90% do PIB) nos países ricos, o mundo desenvolvido encontra-se hoje com um nível de endividamento que não se via desde 1945. No contexto dos países emergentes, mais pobres do que o mundo dos ricos, a dívida pública é muito mais moderada (em torno de 30% do PIB em média), tanto em renda quanto em capital. Isso mostra como a questão da dívida pública diz respeito à divisão da riqueza, em particular entre os atores públicos e privados, e não apenas ao nível absoluto da riqueza (PIKETTY, 2013, p. 526).

Sobre a questão de como reduzir uma dívida pública alta, Piketty (2013) mostra três opções, que podem atuar juntas: o imposto sobre o capital, a inflação e a austeridade. O autor ainda vai além, sugere como soluções para zerar a dívida pública: a privatização de todos os ativos públicos e, segundo o mesmo, ao longo prazo seria mais eficiente a arrecadação de um imposto excepcional sobre o capital privado. Esse último teria como vantagem de permitir uma arrecadação mais precisa e evita assim falências bancárias, e ainda “permite modular o esforço demandado em função do nível de riqueza de cada um” (PIKETTY, 2013, p. 529).

Por fim, para atingir um devido controlar o capital e de forma democrática, Piketty (2013) traz a questão de que somente meios fiscais não seriam suficientes, é juntamente importante o grau de informações econômicas disponíveis para as pessoas. Sem uma transparência contábil e financeira eficiente não seria possível a criação de um imposto progressivo mundial eficiente e democrático.

### 3 Amartya Sen e a liberdade

Neste capítulo apresentamos alguns temas e categorias trazidas por Sen, para refletir questões referentes ao desenvolvimento e a desigualdade entre os povos. Estruturamos nossa argumentação levando em consideração a própria sequência lógica apresentada pelo autor no livro *Desenvolvimento como liberdade*. Os temas abordados neste capítulo mais precisamente são: desenvolvimento como liberdade, pobreza e desigualdade, capacidades avaliatórias, capacidades individuais na avaliação de políticas públicas, desigualdade e sua relação com o mercado, entre as liberdades econômicas e políticas, privação de liberdades e desigualdade no mundo, a questão do gênero, desenvolvimento e desigualdade, o local e o global na reprodução de desigualdades e, por fim, a desigualdade e o desenvolvimento.

#### 3.1 Desenvolvimento como liberdade

O livro *Desenvolvimento como Liberdade* (1999) é um dos mais célebres trabalhos do economista indiano Amartya Sen, laureado com o Nobel de Economia (1998). Neste trabalho o autor se propõe a demonstrar que o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo de expansão das liberdades reais que os indivíduos podem desfrutar.

Para Sen (2010) a análise das liberdades humanas se relaciona com linhas mais restritas de desenvolvimento, como as que avaliam o desenvolvimento por meio do Produto Nacional Bruto, rendas individuais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Se o desenvolvimento leva a um aumento das liberdades, então, “existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhidos”, deve-se pensar nos *fins* e não restringir-se aos *meios* ao alcançar o desenvolvimento como liberdade (SEN, 2010, p. 16).

O desenvolvimento será alcançado, segundo o autor, quando forem retiradas as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos, intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. Um ou mais destes tipos de privação podem acarretar em outros tipos de privações, levando, assim, a uma reação em cadeia entre eles.

Sen (2010) ainda destaca que a liberdade é importante para o processo do desenvolvimento por duas razões: a primeira é devido à *razão avaliatória*, cujo progresso deve ser avaliado verificando se houve aumento das liberdades das pessoas; segundo pela

*razão da eficiência*, de que o desenvolvimento é dependente da condição de liberdade das pessoas.

Ao abordar as visões que conceituam o desenvolvimento somente como uma relação de crescimento econômico, Sen argumenta sua posição:

[...] o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um *fim* em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 29).

Assim, o desenvolvimento através do crescimento econômico não deve ser visto como um *fim* e sim como um *meio*, pois acarreta em aumentos substanciais das liberdades individuais.

O termo “liberdade”, como abordado por Sen (2010), envolve os processos que levam a liberdade de ações e decisões como também as *oportunidades reais* que os indivíduos podem alcançar em meio a circunstâncias pessoais e sociais. E o inverso das liberdades, suas privações, podem ocorrer em detrimento de processos inadequados ou de oportunidades inadequadas para o alcance das liberdades.

O centro da análise de desenvolvimento, proposta por Sen (2010), considera as liberdades individuais elementos constitutivos primários, sendo seu foco a expansão das ditas “capacidades” dos agentes de levarem o tipo de vida que valorizam. Segundo Sen (2010, p. 33), “essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo”, cria-se uma relação dupla de extrema importância para a conclusão deste trabalho.

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de um funcionamento (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos) (SEN, p. 105).

A importância das liberdades individuais para a formulação do conceito de desenvolvimento é defendida por Sen (2010) com dois argumentos, que se relacionam com a *avaliação e eficiência* que foram abordadas anteriormente: o primeiro, diferentemente do enfoque normativo mais tradicional, as liberdades individuais substantivas são essenciais. Para o autor uma sociedade será avaliada com êxito segundo as suas liberdades substantivas



que os membros dessa sociedade podem aproveitar. O segundo segue a linha de que a liberdade não deve ser somente uma base para se elaborar uma avaliação, deve ser entendida também como o determinante principal da ação individual e da eficiência de uma sociedade.

Ao levantar a importância desse segundo argumento, Sen (2010, p. 112) enfatiza que “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”.

### 3.2 Pobreza e desigualdade

Ao analisar a relação entre pobreza e desigualdade, observamos que Sen (2010) não vê a pobreza somente como um resultado de baixas rendas, e sim como um resultado de privações de capacidades básicas. As privações de capacidade básicas podem ter diferentes resultados, como: morte prematura, subnutrição significativa, morbidez persistente, analfabetismo muito disseminado, etc. Essa visão não ortodoxa é de grande importância, pois apresenta uma visão diferente de pobreza em todo o globo, como é confirmado após Sen (2010) apresentar sua visão da relação entre mortalidade e renda.

Ainda é justificado que:

Cabe notar aqui, porém, que a perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genética com a preocupação comum com “a qualidade de vida”, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem [...], e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem. O enfoque na qualidade de vida e nas liberdades subjetivas, e não apenas na renda e na riqueza, pode parecer um afastamento das tradições estabelecidas na economia e em certo sentido é mesmo [...]. Mas, na verdade, essas abordagens mais amplas estão em sintonia com as linhas de análise que têm sido parte da economia profissional desde o princípio (SEN, 2010, p. 40-41).

Sen (2010) admite que a abordagem empregada em seu livro é uma tentativa de ver o alcance do desenvolvimento através de um processo de aumento das liberdades reais que as pessoas podem aproveitar. Sendo a liberdade o *fim primordial* e o *principal meio* para o desenvolvimento.

Segundo o autor, o *fim primordial* está relacionado com o papel constitutivo das liberdades, ou seja, a relação importante e essencial que as liberdades substantivas têm com a qualidade de vida dos indivíduos, expansão destas e de outras liberdades básicas. Sendo englobada as liberdades substantivas às capacidades elementares, como: a oportunidade de evitar a fome, a subnutrição, morbidez, morte prematura, alfabetização, capacidade de realizar

cálculos matemáticos, participação política, liberdade de expressão, e autonomia das mulheres.

As liberdades instrumentais estão relacionadas com o *principal meio* para o desenvolvimento. A questão instrumental se apresenta para Sen (2010) no modo como variados tipos de direitos e oportunidades têm um papel importante para a evolução das liberdades humanas, e por sua vez para o desenvolvimento. A liberdade é eficiente no âmbito instrumental quando diferentes tipos de liberdades participam juntas levando, às vezes, a promoção de liberdades de outros tipos. São destacadas como liberdades instrumentais que contribuem, direta ou indiretamente, para a liberdade global: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora.

Cabe ainda destacar o conceito empregado por Sen (2010) para intitulos. O termo intitulo, em inglês *entitlements*, é entendido como o “conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso dos vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa” (SEN, 2010, p. 57). Em uma economia de mercados o conjunto de intitulos de uma determinada pessoa seria o pacote de bens que ela possui no momento e todos os variados tipos de pacote que ela possa adquirir.

### 3.3 Capacidades avaliáveis: entre renda e mercadoria

Segundo Sen (2010), às diferentes abordagens avaliáveis podem ser caracterizadas por meio de suas bases de informações. As informações que são excluídas são componentes de grande importância para uma abordagem avaliável, porém, na maioria dos casos não é permitido que as informações excluídas tenham influência direta sobre o julgamento das avaliações, sendo estas influenciadas pela insensibilidade perante as informações excluídas.

A relação comumente usada entre rendas e mercadorias como base material do bem-estar é questionada por Sen (2010). Ele adverte que o uso que um indivíduo pode dar a um determinado pacote de bens, devido a certo nível de renda, depende de várias circunstâncias, sendo estes pessoais ou sociais.

O autor identifica cinco fontes que proporcionam variações entre as rendas reais e o que podemos obter delas: 1) *Heterogeneidades pessoais*: devido a características físicas relacionadas à incapacidade, doenças, idade ou sexo. Levando em consideração o fato de que as pessoas podem diferir de suas necessidades; 2) *Diversidades ambientais*: o que um indivíduo pode obter com seu determinado nível de renda pode variar devido a variações

ambientais; 3) *Variações no clima social*: os serviços públicos ou a criminalidade em uma localidade específica pode influenciar de que forma um indivíduo irá usar sua renda; 4) *Diferença de perspectivas relativas*: os comportamentos relacionados a convenções e costumes levam a uma necessidade de mercadorias associada a padrões de comportamentos; e 5) *Distribuição na família*: os rendimentos de um ou mais membros de uma família são compartilhados pelos demais membros.

A renda tem grande influência para determinar o que podemos fazer, mas determinar a pobreza somente pelo nível de renda é ingenuidade. Sen (2010, p.101) argumenta que “a inadequação da renda frequentemente é a principal causa de privações que normalmente associamos à pobreza, por exemplo, como a fome individual e a fome coletiva”. Sen (2010) sugere, portanto, a ideia de que a relação entre pobreza e renda deve ser vista de uma forma diferente da ortodoxia existente, ou seja, saindo um pouco da visão economicista de que a diminuição das desigualdades ocorre apenas levando em consideração variáveis ligadas à riqueza produzida e acumulada.

### 3.4 Capacidades individuais na avaliação de políticas públicas

Ao retornar o tema da capacidade e de como ela pode ser usada de formas distintas, Sen (2010, p. 112-113) levanta que “a questão de qual *estratégia* prática devemos usar para avaliar como as políticas públicas têm de ser distinguidas da questão *fundamental* de como as vantagens individuais são mais bem julgadas e como as comparações interpessoais são feitas mais sensatamente”. Nesse sentido o autor sugere avaliar as políticas públicas tomando como ponto de partida o estímulo que elas promovem às capacidades dos indivíduos. Levando em consideração o fato de que algumas capacidades apresentam maior dificuldade para sua medição.

Para Sen (2010) existem formas alternativas de usar a capacidade como meio de avaliação, a primeira é a *abordagem direta* que consiste em um exame direto sobre o que se pode dizer sobre as vantagens mediante o estudo e comparação de condutores de funcionamento ou capacidade. A Segunda é conhecida como *abordagem suplementar*, onde se envolve a utilização contínua de métodos tradicionais de comparações interpessoais em relação à renda e as capacidades de forma suplementar. Por fim, temos a *abordagem indireta*, que se concentra na abrangência da renda. Portanto, a abordagem da capacidade proporciona a sua avaliação amplitude e sensibilidade que lhe permitem observar considerações importantes que poderiam ser excluídas por outras formas avaliativas.

Sen (2010) acredita que um rendimento inadequado é um forte condicionante para criar condições de uma vida pobre, e diminuir ou restringir as capacidades individuais. O argumento é de que, com maiores capacidades em sua vida, um indivíduo seria, em geral, potencialmente mais produtivo e ganharia uma renda maior. Seus argumentos para a defesa da pobreza como eliminador de capacidades são: 1) a pobreza pode ser vista em termos de privação de capacidades, 2) existem outras forças que influenciam a privação de capacidade além do nível de renda baixo e 3) a relação instrumental existente entre baixos rendimentos e baixa capacidade é mutável dependendo da comunidade ou mesmo entre famílias e indivíduos.

Além dessas três condições, Sen (2010) levanta a relação entre renda e capacidade que poderia ser agravada por fatores relacionados à idade da pessoa, a existência de uma união entre privação de renda e problemas na conversão de renda em funcionamento, o fato da distribuição dentro de uma família pode gerar complicações a mais na abordagem da pobreza baseada na renda, e as privações *relativas de rendas* acarretam como resultados privações *absolutas de capacidade*. Ao abordar uma análise da pobreza levando em consideração suas capacidades, o autor afirma que seu objetivo “é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos *meios* [...] para os *fins* que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as *liberdades* de poder alcançar esses fins” (Sen, 2010, p. 123).

### 3.5 Desigualdade e sua relação com o mercado

Ao tratar os mercados e o papel deles na diminuição ou aumento das desigualdades e, logo, na promoção de desenvolvimento, Sen (2010) argumenta que, mesmo que estes tenham méritos que são conhecidos de forma abrangente, suas razões para desejá-los podem ser muitas vezes desconhecidas. As vantagens das transações nos dias atuais podem passar despercebidas devido ao fato de terem se tornado algo do cotidiano. O dinamismo da liberdade proporcionado pela liberdade básica de transações e pelo mercado de trabalho são questões muito discutidas neste trabalho.

Para a avaliação dos mercados, Sen (2010) destaca que deve ser considerado se os mercados são monopolistas, e se existe a falta de algumas circunstâncias factuais que podem gerar privações das liberdades. É indagado pelo autor que os resultados de uma avaliação sobre a eficiência de um mercado deveriam ser derivados das *liberdades individuais* e não por *utilidades*, como é feito na microeconomia tradicional.

Sen (2010) relata os resultados de um de seus trabalhos anteriores para a defesa de sua visão para uma avaliação da eficiência de mercados:

De fato, demonstrei em outro trabalho que, no que se refere a algumas características plausíveis de liberdade individuais substantivas, uma parte importante do resultado de eficiência de Arrow-Debreu traduz-se facilmente do “espaço” das utilidades para o das liberdades individuais, seja pela liberdade para escolher *cestas de mercadorias*, seja pelas *capacidades para realizar* funcionamentos. Na demonstração da viabilidade dessa extensão, empregam-se suposições semelhantes às necessárias para os resultados originais de Arrow-Debreu (SEN, 2010, p. 158).

Para melhor entendermos a eficiência dos mercados na promoção de liberdades, deve-se antes explicar o que é o teorema de Arrow-Debreu, ou comumente conhecido como Ótimo de Pareto. Pela definição de Sen (2010, p. 157) é “uma situação na qual a utilidade (ou bem-estar) de qualquer pessoa não pode ser aumentada sem reduzir a utilidade, ou bem-estar” de alguma outra”.

A conclusão de Sen (2010) para essas suposições é de que dado uma caracterização realista de liberdades individuais, o equilíbrio de um mercado competitivo se apresentaria no fato de que nenhum indivíduo poderia ter um aumento de suas liberdades enquanto a liberdade de todos os demais se mantivesse constante, ou estanque. Essa relação só é estabelecida quando as liberdades substantivas são julgadas não apenas de maneira quantitativa de opções disponíveis, mas também para quanto é atrativo as opções disponíveis são para um indivíduo. Por fim, Sen (2010, p. 159) levanta que “os resultados analíticos básicos do teorema de Arrow-Debreu independem das motivações que estão por trás das preferências individuais, e podem ficar fora da abordagem se o objetivo é mostrar eficiência na satisfação de preferências ou eficiências nas liberdades individuais substantivas”.

Sobre a distribuição justa de liberdades em um mercado eficiente no sentido de Pareto, Sen (2010) defende que a eficiência nesse sentido nada pode dizer sobre a equidade. Mesmo havendo um mercado eficiente no sentido de Pareto, podem existir desigualdades, tanto em relação às utilidades como as liberdades. Segundo Sen (2010, p. 160), “o problema da desigualdade realmente se magnifica quando a atenção é desviada da desigualdade de renda para a desigualdade na *distribuição de liberdades substantivas e capacidades*”, ocorrendo assim, em ocasiões onde existe a possibilidade de uma conexão entre desigualdade de renda e vantagens desiguais na transformação de rendas em capacidades, nesses momentos, o autor argumenta que o papel de intervenções sociais pode ter um importante papel para seu controle.

A questão referente ao que os mercados têm permissão para fazer é discutida por Sen (2010) para esclarecer seu ponto de vista. A prospecção de monopólios, devido ao isolamento de concorrências externas e internas, pode gerar problemas restritivos sérios. Os problemas restritivos que prejudicam atualmente as economias são entendidos neste trabalho, como, em um sentido amplo, do tipo “pré-capitalista”. Como uma possível solução para problemas de restrição das economias, sugere-se uma abordagem múltipla:

Esse tipo de estrutura envolve rejeitar uma visão compartimentada do processo de desenvolvimento (por exemplo, optar pela “liberalização” ou por algum outro processo único que leve diretamente a uma meta traçada). A busca de uma solução única e multiuso (como, por exemplo, “abrir os mercados” ou “ajustar preços”) influenciou acentuadamente o pensamento dos economistas no passado, destacando-se os próprios do Banco Mundial. Em vez dessa espécie de solução, é preciso haver uma abordagem integrada e multifacetada, visando a um progresso simultâneo em diferentes frentes, incluindo diferentes instituições que se reforçam mutuamente (SEN, 2010, p.169).

Surge a necessidade de um equilíbrio entre as políticas governamentais e o funcionamento dos mercados. Segundo Sen (2010) o uso do mecanismo do mercado junto com o desenvolvimento de oportunidades sociais deve ser entendido como uma abordagem que leva a criação de liberdades de diversos tipos.

Levanta-se ainda a questão de que mesmo com eficiência, os mercados podem apresentar ineficiências decorrentes dos “bens públicos”. Para Sen (2010), os mercados possuem uma base racional para os bens privados e não para os públicos. O fornecimento de educação básica ou um sistema de saúde público de qualidade, que podem ser importantes para algumas atividades econômicas, exigem um conjunto de políticas públicas adequadas, para, assim, possibilitar ao mecanismo de mercado obter êxito na realização de oportunidades por ele compartilhadas. Nas suas próprias palavras:

No contexto dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades sociais tem importância crucial [...]. O amplo compartilhamento dessas oportunidades sociais possibilitou que o grosso da população participasse diretamente do processo de expansão econômica (SEN, 2010, p. 190).

O desenvolvimento humano é um grande aliado das populações mais pobres, para Sen (2010), ele cria oportunidades sociais que geram expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. O desenvolvimento de políticas voltadas para o bem-estar contribui para a qualidade de vida, aumento da produção e crescimento econômico.

### 3.6 Entre as liberdades econômicas e políticas

Amartya Sen (2010) discute em seu trabalho uma questão de grande relevância: o que deve ser proporcionado primeiro para um país em desenvolvimento, erradicar a pobreza e as situações de miséria ou garantir a liberdade no âmbito político e direitos civis?

Esta questão é central para entendermos a fórmula oferecida por Sen para minimizar as desigualdades, em outras palavras, é a base para o conceito de desigualdade trabalhado pelo autor.

Para Sen (2010), três são as razões para importância das liberdades políticas: 1) uma importância *direta*, relacionada ao fato da vida humana está ligada às capacidades básicas; 2) o papel *instrumental* ao aumentar o nível que as pessoas são ouvidas quando desejam expressar e defender suas necessidades políticas; e 3) papel *construtivo* ao conceituar as “necessidades” em um contexto social.

Ainda segundo o autor, o funcionamento das liberdades políticas e dos direitos civis às vezes é muito substancial, porém, a relação que existe entre as necessidades econômicas e as liberdades políticas pode, também, ser um aspecto *construtivo*. Sen (2010, p. 201-202) demonstra esse fato ao afirmar que “o exercício de direitos políticos básicos torna mais provável não só que haja uma resposta política a necessidades econômicas, como também que a própria conceituação (incluindo a compreensão) de “necessidades econômicas” possa requerer o exercício desses direitos”. Os direitos políticos e civis são tratados neste trabalho como de extrema importância para a geração de escolhas derivadas de reflexão, além de serem cruciais para as elaborações de valores e prioridades, o que minimizaria imensamente as desigualdades na distribuição de oportunidades.

Ao levantar as questões do papel e da atuação da democracia, Sen (2010) considera que devemos ver a democracia como a responsável pela criação de um conjunto de oportunidades, e para o uso dessas oportunidades cabe-se a utilização de uma abordagem que leve em conta a prática da democracia e direitos políticos. Para Sen (2010, p. 204) “a oportunidade que ela oferece tem de ser aproveitada positivamente para que se obtenha o efeito desejado. Essa é, evidentemente, uma característica básica das liberdades em geral, e muito depende do modo como elas são realmente exercidas”. A democracia cria oportunidades que estão ligadas tanto a sua “importância instrumental” como o seu “papel construtivo”, porém o nível que essas oportunidades podem ser aproveitadas depende de vários elementos, como o vigor da política multipartidária, o crescimento de argumentos morais e da formação de valores.

### 3.7 Privação de liberdades e a desigualdade no mundo

Um dos temas abordados de forma mais entusiasmada por Amartya Sen em seu livro *Desenvolvimento como liberdade* (2010) está relacionada às fomes coletivas. O tema é apresentado pelo autor como:

Vivemos em um mundo assolado por fome e subnutrição disseminadas e por repetidas fomes coletivas. Muitas vezes se supõe - ao menos implicitamente - que pouco podemos fazer para remediar essa situação desesperadora. presume-se também, com bastante frequência, que esses males podem realmente agravar-se no longo prazo, em especial com aumento da população mundial. No mundo de hoje, um pessimismo tácito muitas vezes domina as reações internacionais a essas misérias. Essa falta de liberdade para remediar a fome pode levar ao fatalismo e à ausência de tentativas resolutas de sanar os sofrimentos que vemos (SEN, 2010, p. 210).

O autor acredita ter identificado as medidas que podem possibilitar o fim das fomes coletivas e reduzir a subnutrição crônica. Segundo Sen (2010), para erradicar a fome no mundo atual, é necessário entender suas causas de um modo amplo, e não somente análises sobre quantidade de alimentos disponíveis e população. É crucial para o estudo da fome a compreensão das liberdades substantivas e o poder econômico que os indivíduos e famílias possuem para a aquisição de alimentos disponíveis no país em questão. Portanto, essa perspectiva depende de análises do âmbito econômico e político, que são essenciais para a compreensão de crises além das fomes coletivas.

Ao chegar a suas conclusões sobre este assunto, Sen (2010) avalia que o desenvolvimento possui um papel muito importante das fomes coletivas e crises, perpetuando assim as desigualdades entre indivíduos e nações. Ele destaca ainda que em uma sociedade sem democracia (e um mínimo controle público), e sem o papel que a livre empresa tem perante a sociedade, as desigualdades emergem de forma mais acentuadas.

O fato de que as fomes coletivas podem ocorrer em países que não passaram por diminuições significativas da oferta total de alimentos, mostra que esse nível perigoso de fomes ocorreu devido a uma desigualdade severa, que não diminui à medida que as riquezas aumentam. Assim como as fomes, as crises econômicas, como as ocorridas no Leste e no Sudeste Asiático, se desenvolvem com maior força para os indefesos. A questão sobre desigualdade ainda pode destacar a questão relacionada à pobreza endêmica, que pode acarretar privações persistentes e destituições repentinas.

### 3.8 Gênero, desenvolvimento e desigualdade



O enfoque de gênero também tem destaque na obra de Sen (2010). Ao abordar o tema da condição de agente ativa das mulheres, seu enfoque tem uma influência direta sobre o bem-estar feminino.

Ao descrever o papel de agente das mulheres e suas respectivas áreas de ação econômica, social e política, Sen (2010, p.263) argumenta que “nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres”.

A questão crucial é enfatizar que a diminuição das diferenças de renda entre os sexos é fruto do grau de agente conseguido pelas mulheres ao longo do século XX, ou seja, as lutas pelo direito a voto, que iniciaram na Europa e se expandiram pelo mundo, a luta por equidade de direitos civis, como guarda compartilhada, creches para cumprimento da jornada de trabalho, acesso a ensino superior.

Todavia, mesmo com esses direitos adquiridos, Sen (2010) argumenta que quanto menos mulheres estiverem inseridas na esfera pública, mais esses direitos tendem a não serem colocados em prática, especialmente os direitos por equidade de renda entre homens e mulheres.

Além disso, questões como violência física e simbólica de gênero também surgem na argumentação do autor como materialização de desigualdade e, em outras palavras, a categoria gênero se torna para o autor um importante indicador de desigualdade e, em contrapartida, de desenvolvimento.

A solução preferível por Sen (2010) aborda uma relação entre políticas públicas que levem a igualdade entre os sexos e a que aumente a liberdade das mulheres, dependendo do país essas liberdades femininas podem ser quase inexistentes, e a responsabilidade individual da família.

Sen (2010) ainda relaciona o direito feminino com questões de demografia, observando que o ganho de poder feminino e algumas outras mudanças sociais têm um grande efeito sobre a taxa de fecundidade. A redução da fecundidade não tem apenas consequências econômicas, o aumento das taxas de reprodução reduz as liberdades individuais de escolherem padrões de vida de acordo com seus próprios critérios, principalmente a parte da população compreendida pelas mulheres jovens, que são as que mais se desgastam com a criação de filhos.

Como solução para os problemas que passam a existir com o crescimento das taxas de fecundidade, Sen (2010) esclarece que a resposta pode ser encontrada com a expansão das liberdades das pessoas que são afetadas pela criação de filhos, principalmente a de mulheres jovens<sup>1</sup>.

### 3.9 O local e o global na reprodução de desigualdades

Para Sen (2010) a democracia se relaciona com o problema trazido pela sua capacidade de destruir modos de vida e costumes tradicionais com os costumes ocidentais trazidos pela globalização:

A ameaça às culturas nativas no mundo globalizante de hoje é, em grande medida, inescapável. A solução que não está disponível é a de deter a globalização do comércio e das economias, pois é difícil resistir às forças do intercâmbio econômico e da divisão do trabalho em um mundo competitivo impulsionado pela grande revolução tecnológica que confere à tecnologia moderna uma vantagem economicamente competitiva (SEN, 2010, p. 308).

Essa questão pode ser vista como um problema, mas segundo Sen (2010) é possível pensar esta relação na geração de uma maior prosperidade econômica para cada país, porém, podendo existir ganhadores e perdedores. Como solução é indicada que as disparidades econômicas sejam resolvidas com esforços conjuntos para que assim as forças da globalização sejam menos prejudiciais para o emprego e os modos de vida tradicionais de cada região, além de oportunidades para novos preparos profissionais e de aquisição de novos tipos de qualificação, junto com a utilização de redes de segurança social.

Sobre as relações entre o global e o local, dois problemas ainda são analisados por Sen (2010): primeiro a ideia de que a globalização gerou a necessidade de educação e qualificação profissional básica, e mesmo que alguns países sejam excelentes nesse quesito outros ficam para trás. Existe a necessidade de equidade de oportunidades culturais e econômicas. Segundo o fato de que os problemas culturais e das dificuldades econômicas, quando os avanços tecnológicos chegam a um país, quase não são levados em conta os modos como se perdem

---

<sup>1</sup>Sobre este tema Sen também aborda relacionadas à cultura e os direitos humanos. Segundo o autor existem três preocupações levantadas pelos críticos em relação aos direitos humanos. A primeira é denominada “crítica da legitimidade”, existe o receio de que esses direitos acabam confundindo consequências de direitos legais com princípios pré-legais, esse último não pode dar a um indivíduo um direito juridicamente exigível. Segunda, conhecida como “crítica da coerência”, traz a questão de que sem uma especificação clara dos agentes que serão responsáveis por cobrar e fiscalizar os direitos humanos se tornam “conversa mole”. A terceira é chamada de “crítica cultural”, esta vê os direitos humanos como pertencentes aos ramos da ética social, algumas culturas podem não considerar os direitos algo valioso para sua sociedade e a entrada dessas forças jurídicas pode acabar sendo um empecilho.

culturas e como elas, e seus saberes, podem fazer falta para a sua sociedade. Mostra-se necessária a abordagem das capacidades, diferentes segmentos da população deveriam ter poder ativo nas decisões do que preservar, e do que deveria ser subjugado pela globalização.

### 3.10 Desigualdade e desenvolvimento

Em síntese, o foco da análise realizada por Sen (2010) neste trabalho corresponde a verificar se há alguma diferença substancial entre analisar o desenvolvimento por meio do crescimento do produto per capita, ou Produto Interno Bruto (variáveis econômicas alicerçadas na riqueza) e analisar o desenvolvimento como expansão da liberdade humana (trazendo variáveis de diferentes áreas: sociologia, saúde, educação, estudos feministas). As diferenças dessas duas abordagens surgem por duas razões. A primeira:

Como liberdade diz respeito aos *processos de tomada de decisão e às oportunidades de obter resultados considerados valiosos*, não podemos restringir a esfera de nosso interesse apenas aos resultados na forma da promoção de produção ou renda elevada ou de geração de consumo elevado [...]. Não podemos conceber processos como a participação em decisões políticas e escolha social como sendo [...] alguns dos *meios* de desenvolvimento [...]; esses processos têm de ser entendidos como sendo, em si, partes constitutivas dos  *fins*  do desenvolvimento (SEN, 2010, p. 370).

A segunda se relaciona diretamente com o fato já discutido em momentos anteriores, de que é necessária uma abordagem do desenvolvimento, e do aumento ou diminuição das desigualdades, que não leve em conta somente os níveis de renda:

As perspectivas mais convencionais sobre desenvolvimento relacionam-se a contrastes dentro do próprio *aspecto da oportunidade*, em vez de estar associada ao aspecto do processo. Ao desenvolver a concepção do desenvolvimento como liberdade, precisamos examinar [...] em que grau as pessoas têm a oportunidade de obter resultados que elas valorizam e têm razão para valorizar (SEN, 2010, p. 370).

Sendo assim, Sen (2010) mostra que tanto o que tange a oportunidade da liberdade quando os processos que podem aumentar a liberdade merecem uma análise mais refinada do que o cabe apenas ao “crescimento do produto per capita”.

#### 4 Uma análise comparativa sobre o desenvolvimento e a desigualdade em Piketty e Sen

Este capítulo se dedica a realizar uma comparação entre os trabalhos apresentados nos capítulos anteriores visando mostrar as diferenças e semelhanças entre as perspectivas de desigualdade propostas por Thomas Piketty e Amartya Sen.

Existe uma diferença cronológica entre o trabalho dos dois autores de 14 anos, que pode levar a uma diferença de fornecimento de informações. Sen (2010) se propõe a apresentar uma abordagem de desenvolvimento, minimizando ou não as desigualdades, que se relaciona com a expansão das liberdades humanas e não é comumente encontrada na literatura que avalia por meio do Produto Nacional Bruto, rendas individuais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social, em outras palavras, que foca na acumulação de riquezas.

Por outro lado, Piketty (2013) pretende compreender a dinâmica da acumulação do capital privado leva a um aumento da concentração da riqueza e do poder em poucas mãos ou instituições, ou se esse efeito foi ameniza essa acumulação, em decorrência disto, das desigualdades.

A mais marcante diferença é de que Piketty (2013) baseia sua pesquisa em um estudo sobre a distribuição de renda, estoque de capital, e patrimônio ao longo de três séculos e de que forma isso afeta a desigualdade mundial. Já para Sen (2010) a pobreza não pode ser determinada simplesmente por rendas baixas, e sim pelo resultado de privações de capacidades básicas. Fatores como *heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferença de perspectivas relativas, e distribuição na família, e questões de gênero*, são fatores que acarretam em variações entre a renda real e o que um indivíduo pode obter fatores estes que não podem ser compreendidos por uma metodologia como a abordada utilizada em *O capital no século XXI*. Em síntese, Sen (2010) afirma que a desigualdade medida pela renda é eficiente no momento que algumas capacidades são difíceis de avaliar, mas que uma avaliação pelas capacidades proporciona amplitude e sensibilidade, algo que uma avaliação focada somente na renda não poderia obter.

Para Sen (2010) o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades só poderiam ser alcançados com a redução das privações de liberdades, como a pobreza. Piketty (2013) não utiliza um estudo que abranja as liberdades como um todo, sendo este tipo de metodologia criticado por Sen por ser, digamos, rasa, onde o crescimento econômico só poderia ser visto como um *fim* para desenvolvimento e não como um *meio*.

Sen (2010) acredita que as liberdades individuais são elementos básicos que levam à criação e expansão das capacidades dos indivíduos de levarem uma vida que desejam. As capacidades podem ser dinamizadas por atuações de políticas públicas. Essa ideia pode ser ligada à de Piketty (2012), ao afirmar que choques nas riquezas, instituições de regulação e políticas públicas são essenciais para amenizar a desigualdade. A criação de impostos fiscais no século XX são para Piketty (2013) os responsáveis por evitar que a concentração de renda volte aos níveis anteriores a Segunda Grande Guerra. Para ele isso poderia promover também um fenômeno de expansão das capacidades devido a uma sociedade com rendas menos concentradas, diminuindo as desigualdades entre os indivíduos e grupos sociais.

A visão que é defendida em *O capital no século XXI* de desigualdade extrema aponta que essa situação pode surgir em duas sociedades, “sociedade de rentistas” e “sociedade hipermeritocrática”. Para Sen (2010) a extrema desigualdade só poderia ser alcançada em sociedades que realizem ações que levem ao aumento das restrições de liberdade.

Piketty (2013) sugere que para atingir um controle democrático do capital, somente meios fiscais não seriam suficientes, sendo de grande importância o grau de informações econômicas disponíveis. Sem uma transparência contábil e financeira funcional não poderia existir um imposto progressivo mundial democrático. Já a transparência é para Sen (2010) um exemplo de liberdade instrumental que contribui, de forma direta ou indireta, para a liberdade global. As liberdades instrumentais são diferentes formas de direitos, oportunidades e intitamentos que têm um papel fundamental para o aumento das liberdades humanas.

Piketty (2013) argumenta que a criação de um imposto progressivo do capital é necessária por duas razões, haveria uma captação correta da capacidade de contribuição dos proprietários de rendas elevadas, e a lógica de incentivo dos detentores de patrimônios a obterem os melhores rendimentos possíveis. Este argumento pode ser ligado às posições de Sen (2010) sobre as políticas governamentais e o mecanismo de mercado, este acredita que os dois agentes poderiam contribuir para a criação de liberdades de diversos tipos. As políticas públicas funcionam, para ele, portanto, na perspectiva de desenvolvimento como liberdade tendo dois papéis: 1) preocupação de criação prioridades que derivam de valores e afirmações sociais, e 2) desenvolver a acessibilidade e garantia da discussão pública mais completa e aberta.

A democracia é para Sen (2010) a responsável pelo surgimento de um conjunto de oportunidades, e também necessária para a utilização das capacidades junto com os direitos

sociais. As oportunidades criadas pela democracia estão ligadas tanto a sua “importância instrumental”, como seu “papel construtivo”, e seu nível de aproveitamento de oportunidades, dependendo de elementos como o multipartidarismo, crescimento de argumentos morais, e a formação de valores. Em contrapartida, a criação do imposto progressivo sugerido por Piketty (2013) proporciona um controle democrático do capital.

O estudo de Piketty (2013) afirma que, para entender a desigualdade de salários, é importante compreender a oferta e demanda por qualificação. De forma simples, podemos entender a oferta por qualificação como dependente da situação do sistema educacional, já a demanda possui uma relação direta com as condições tecnológicas do processo de produção. A redução da desigualdade salarial, em longo prazo, seria possível graças a investimentos na formação e a criação de garantias ao acesso mais amplo ao ensino superior. Para Sen (2010) a globalização foi o principal fator que proporcionou uma maior necessidade de educação e qualificação básica, e levanta a questão de que existe uma forma desigual de educação nos diversos países do mundo e que deve haver a preocupação da redução desse fenômeno. A solução para este fenômeno seria um esforço conjunto para que as forças da globalização fossem menos prejudiciais para o emprego e a tradição das sociedades, além da criação de oportunidades para o preparo profissionalizante, aquisição de novo tipos de qualificação, e a utilização de redes de segurança social.

O tema do crescimento demográfico é abordado pelos dois autores. Piketty (2013) acredita que um crescimento populacional elevado pode atuar como uma função de equilíbrio da desigualdade, no momento em que reduz a importância da riqueza advinda de heranças, porém, se o aumento das taxas de crescimento populacional provocar criação de fortunas muito rápido, isso levará a um aumento da desigualdade. Os dados utilizados concluíram que o crescimento demográfico apresentou um formato de U nos últimos três séculos, possibilitado por aumentos da população nos séculos XVIII e XIX, e principalmente no século XX. O século XXI é diferente dos demais analisados, pois pode apresentar um crescimento populacional baixo.

Já Sen (2010), utilizando o tema da participação de agente das mulheres, admite que mesmo que um descontrole populacional nunca venha a ocorrer, é indispensável se pensar soluções para a redução das taxas populacionais. Ele defende a elaboração de políticas públicas que levem a igualdade entre os sexos e redução das privações das liberdades femininas. A redução do crescimento populacional não tem somente uma relevância

econômica, como é visto por Piketty (2013), mas também aumentam as liberdades individuais das escolhas de padrões de vida, principalmente as escolhas de mulheres jovens.

Sen (2010) e Piketty (2013) concordam em não utilizar a abordagem de “capital humano” em seus trabalhos. O primeiro, afirma que uma análise utilizando essa abordagem só poderia contribuir com um aumento da produção econômica, enquanto ao utilizar as capacidades humanas, além de indiretamente levar ao aumento da produção, também se preocupa com o bem-estar e a liberdade individual e leva a uma mudança social. Já o segundo, utiliza o termo “capital” como o conjunto de ativos não humanos que podem ser adquiridos, vendidos ou comprados em um mercado, que, para ele, é diferente do conceito utilizado pela literatura de econômica como “capital humano”.

A perspectiva de desigualdade para Sen (2010) não deve ser vista somente por meios ortodoxos, como a análise baseada no crescimento do produto per capita, ela deve se basear no que tange às oportunidades de liberdade. O imposto do capital mundial proposto como solução para amenizar a desigualdade por Piketty (2013), pode não ter, à primeira vista, uma abrangência que se enquadre nas propostas de Sen, mas a forma que a arrecadação pode ser transferida para os indivíduos pode levar a aumentos potenciais das capacidades, como em investimentos em saúde pública, educação básica, seguro desemprego, etc. A visão dos dois autores pode não se relacionar em seus *meios*, mas pode atingir os mesmos *fins*.

## 5 Conclusão

O livro de Piketty (2013) é um trabalho de grande importância para o momento em que nos encontramos, em que a concentração de renda e riqueza volta a se aproximar aos índices apresentados antes da Segunda Guerra Mundial. Sua descrição da desigualdade é inestimável, pois utiliza da abordagem do crescimento econômico, distribuição de renda entre o capital e o trabalho e a distribuição de renda e riqueza entre a população em um só bloco analítico.

Piketty (2013) mostra ainda que até a desigualdade extrema pode ser detida ou mesmo revertida, isso se a política pública for utilizada de forma correta. A taxação progressiva de riquezas e heranças se torna essencial para o controle da desigualdade. Piketty (2013) deixa claro, em seu trabalho, que a melhor solução para a desigualdade que aflige o mundo contemporâneo seria a criação de um imposto progressivo do capital em escala mundial, assim contribuindo para uma redistribuição adequada e democrática.

Sen (2010), em contrapartida, deixa claro em seu trabalho que sua perspectiva de desenvolvimento não está relacionada ao que a literatura clássica aborda ao utilizar Produto Nacional Bruto, renda e industrialização. Sua visão sugere que o desenvolvimento, e em decorrência deste a desigualdade, está ligado às capacidades e oportunidades disponíveis para cada indivíduo. A renda seria somente um *meio* para alcançar o desenvolvimento, e a expansão das liberdades (ou seja, a diminuição das desigualdades) o *meio* e seu *fim*.

O pleno desenvolvimento seria alcançado em uma sociedade, segundo Sen (2010), quando todos os indivíduos tivessem a liberdade de escolher e a oportunidade de alcançar os seus objetivos. Uma sociedade onde as oportunidades fossem limitadas, ou quase inexistentes, seria então uma apresentação da extrema desigualdade.

Os dois autores discordam em muitos pontos de suas visões e metodologias, porém, mesmo que os *meios* utilizados por eles sejam diferentes, o *fim* é o mesmo: explorar os caminhos de propagação e minimização das desigualdades no mundo. Os dois concordam que a desigualdade de renda é um grande fator que reprime as liberdades dos indivíduos, e concordam que a atuação de políticas públicas para amenizar essa situação é essencial.

Mesmo que os dois autores não tenham trabalhado em colaboração e, à primeira vista, suas pesquisas não tenham uma ligação, eles têm a mesma preocupação em mostrar ao mundo



como a forte desigualdade (seja ela de renda ou de capacidades) está cada vez mais afastando a sociedade de alcançar o desenvolvimento.

## 6 Referências bibliográficas

- GOLDIN, C. e KARTZ, L. **The race between education and technology: the evolution of U.S. educational wage differentials, 1890-2005**. Cambridge: Harvard University Press/NBER, 2010. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w12984>>. Acesso em: 15 de abr de 2018.
- KRUGMAN, P. R. **A consciência de um liberal**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- KRUGMAN, P. R. **Livro'O Capital no Século 21'revoluciona ideias sobre desigualdade**. Home Theater, v. 62, p. 23, 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1445830-livro-o-capital-no-seculo-21-revoluciona-ideias-sobre-desigualdade.shtml>>. Acesso em: 2 de jul de 2018.
- MENDONÇA, L. J. V. P. **Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 65-73, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/10522/8061>>. Acesso em: 21 de jul de 2018.
- NERI, M. C.; SOUZA, P. H. C. F. de. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4639>>. Acesso em: 18 de nov de 2018.
- PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, M. R. **The conscience of a liberal**. KRUGMAN, Paul. Revista da Faculdade de Administração e Economia, v. 1, n. 2, p. 192-194, 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/ReFAE/article/view/1608>>. Acesso em: 21 de out de 2018.
- STIGLITZ, J. E. **O grande abismo: sociedades desiguais e o que podemos fazer sobre isso**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.